RECENSÃO

RECENSÃO

SIMÕES, DULCE. *PRÁTICAS DA CULTURA NA RAIA DO BAIXO ALENTEJO. UTOPIAS, CRIATIVIDADE E FORMAS DE RESISTÊNCIA**

por

Jorge Freitas Branco**

O Alentejo pós-latifúndio, e volvida a página da Reforma Agrária, tornou-se uma moda de essência urbana alimentada de ansiedade pelo rural: pela visão de paisagens amplas, pelos consumos alimentares qualificados (vinho, azeite), pela sensação de evasão compensatória do estresse metropolitano. Em simultâneo é uma região despovoada, retendo uma população envelhecida, num contexto deprimido, onde se implantou uma agroindústria competitiva no mercado transnacional assente em mão-de-obra chegada da Ásia, explorada sem eira nem beira. O Alentejo é território de convulsões e de contradições. Até os javalis abandonam a mata e vagueiam pelas praias. Neste panorama contrastado as atividades culturais são encaradas pelas instâncias decisoras e gestoras das políticas públicas como um setor prioritário.

O tema tratado por Dulce Simões neste livro será, por conseguinte, de designar como estudo de paisagens culturais. A autora é antropóloga de formação e de coração e dedica-se ao espaço transtagano. Já abordou o cooperativismo de consumo na Almada urbana[1], a memória da Guerra Civil de Espanha em Barrancos[2] e, agora, foi a vez das práticas de cultura na raia do Baixo Alentejo (de novo Barrancos com colateralidades). A pesquisa de terreno realizou-se com intermitências entre 2013 e 2019. Foi bolseira *pós-doc* da FCT.

O livro divide-se em seis capítulos. No introdutório, a autora apresenta a região estudada e a si própria no contexto político atual. Aborda as novas assimetrias culturais, sociais e económicas geradas no neoliberalismo vigente — inspira-se e apoia-se em David Harvey e Guy Debord —, assim como a emergência da máquina do património — nesta matéria inspira-se na notável monografia de Pablo Alonso sobre Maragatería, de 2017, — surge como opção económica igualmente capitalista. É pela via do canto polifónico que a autora situa e denuncia a depressão duma região periférica por um lado, e fronteiriça pelo outro. Em Barrancos —

---

* Lisboa, Edições Colibri, 2021, 327 p., ISBN 978-989-566-128-2.

** Professor catedrático jubilado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e investigador CRIA_IUL.

[1] Dulce Simões, *Memórias, sociabilidades e resistências. O caso da Cooperativa de Consumo Piedense*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2017 (Prémio de Investigação Cidade de Almada Humanidades 2015).

[2] Dulce Simões, *Barrancos na encruzilhada da Guerra Civil de Espanha: Memórias e testemunhos, 1936*, Lisboa, Edições Colibri, 2007 e *A guerra de Espanha na raia luso-espanhola. Resistência, solidariedades e usos da memória*, Lisboa, Edições Colibri, 2016. Versão em castelhano: *Frontera y Guerra Civil Española. Dominación, resistencia y usos de la memoria*, Badajoz, Diputación de Badajoz, Departamento de Publicaciones, 2013.

vila que não atinge os 1500 residentes (Censo 2021) e de gentes aficionadas à tauromaquia com touros de morte, praticável graças a uma excecionalidade legislativa —, onde quase tudo neste livro acontece, as pessoas cantam "à espanhola e também à alentejana". Assume-se e soa um bilinguismo com intuitos identitários confessados e não por objeção à língua portuguesa materna. A inscrição, em 2014, do cante alentejano na lista representativa do património cultural imaterial da UNESCO, constituiu um acontecimento decisivo, que a autora vai referindo por vários dos capítulos como sendo a *unescoização da cultura* (p. 181).

O segundo capítulo é delicado ao "canto polifónico alentejano: experiências e perspetivas". A meu ver, trata-se da essência do livro e a matéria em que se apresenta pesquisa inovadora sobre o enquadramento do cante alentejano por gerações sucessivas. Constitui mérito maior da autora a capacidade demonstrada em agregar e articular os testemunhos de cantadores e cantadeiras, mostrando que é na década de 1950 que acontece a supremacia masculina do canto polifónico no Alentejo, apagando a presença feminina — e que só regressaria como prática organizada no período finissecular. Além disso, demonstra-se o papel da criatividade (individual) na elaboração poética. Os materiais recolhidos e compilados por Dulce Simões atestam uma prática cultural subalterna com autorias identificadas, com poéticas de alegria, de tristeza e intencionais nas expressões subtis de resistência. Sente-se a presença tutelar e estimulante da obra de James C. Scott. Este enfoque é bem-vindo e enriquece as leituras do movimento folclórico de outros autores, que são reportados (Salwa E. Castelo Branco, Jorge Freitas Branco, Vera Marques Alves, Rosário Pestana, João Vasconcelos, sem intenção de ser exaustivo…).

O terceiro capítulo foca a dinâmica subalterna que dá origem ao movimento dos grupos corais alentejanos, que se forma paralela ao movimento folclórico. Também aqui a autora dá um contributo relevante para o seu conhecimento. Este movimento cultural regional que logo se estende à diáspora instalada na Área Metropolitana de Lisboa, não se limita a estabelecer uma identificação coletiva *in situ* e remota. Ela consolida-se pela ação de pessoas que organizam, compõem, ensaiam, lideram destinos coletivos. Apresentam-se dois devires: o do poeta António Xarrama Rodrigues (Cumbreño) e o do compositor Manuel Torrado Marcelo (Chicuelo).

O capítulo quatro foca o 25 de Abril e a esperança. São os tempos da utopia, de Reforma Agrária, das organizações populares, de intensificação e radicalização da ação política, porque dois modelos de sociedade (social-democracia e socialismo) estão em disputa ideológica acesa à escala do país. O movimento dos grupos corais não lhe fica alheio, surgindo a cisão, pondo termo a uma prática cultural até então feita de convergências subalternas. Os membros dos grupos corais alinham-se pelo PS ou pelo PCP. Desfaz-se a unidade (p. 155). A cultura do canto a vozes perde essa dimensão e ganha outra, que corresponde ao canto no feminino (p. 168). As mulheres e o seu protagonismo geram uma dinâmica inovadora no movimento coral alentejano: canta-se no masculino, no feminino, juntos, também no infantil. As práticas de cultura convertem-se em mercadoria-base na política desenvolvimento local conduzida pelos poderes municipais. Instala-se uma nova forma de vida pautada por *unescoização da cultura*, turismo, agroindústria com tecnologia de ponta (vinho, azeite, primores) e subsídios sociais.

As políticas de cultura articuladas ao turismo passam a principal dinamizador social, e desse modo, económico, tornando-se a principal fonte de oportunidades para as populações. Em capítulo seguinte, intitulado "As festas, as músicas e os imaginários culturais", e mantendo em Barrancos a sua base de observação, a antropóloga passa em revista o calendário de festividades do concelho. Se num antigamente ele era preenchido pelo cante e pela tauromaquia, agora ampliam-se as atuvidades em que a comunidade se envolve. O fator fronteira não é considerado limitativo, mas antes elemento de aproximação às vizinhas terras extremenhas e

andaluzas. Em Barrancos, dança-se, exibe-se, compete-se (*Noches flamencas*, p. 222) e aprende-se flamenco (grupo *Alma Raiana*). Na Amareleja, em especial, com o fim do autoritarismo e da censura as estudantinas introduzidas e iniciadas na década de 1960 — a voz subalterna, p. 228 — ganharam vitalidade, animando o desfile do período carnavalesco com crítica viva à atualidade política. Em Vila Verde de Ficalho, no domingo de Pascoela realiza-se uma festa reunindo a Senhora das Pazes e San Isidro da vizinha Rosal de la Frontera, do lado andaluz (Huelva). Há uma procissão com devoção, insinua-se um noivado entre a santa e o santo, convivem as populações num ato de comensalidade que simbolicamente neutraliza a fronteira (p. 239). Refere-se ainda a autora à recuperação do tamborileiro. O papel desta personagem como avisador e agente mobilizador da comunidade estava esquecido em finais do século passado; continuam a bem servir os materiais deixados pelos etnógrafos coevos (Ernesto Veiga de Oliveira (1910-1990), Michel Giacometti (1929-1990), Armando Leça (1891-1977), mais recentemente José Alberto Sardinha). Neste século recupera-se este homem — ainda não terá deixado de o ser — que percorre o povoado difundindo o som monótono da flauta e do tambor. Pretende-se ganhar adeptos jovens para a execução deste conjunto instrumental legado do universo pastoril. Fortalece-se o associativismo recreativo. A revivificação pelo ensino formal segue o exemplo vindo do outro lado da fronteira. Por fim, o poder municipal adere à onda avassaladora da festivalização: implantou-se um Festival Islâmico de Mértola e um Encontro de Culturas de Serpa. São eventos pensados para integrar localidades em globalidades. Tudo está orientado para acolher forasteiros: sons, sabores, convivialidades. Na expetativa dos locais e dos agentes públicos anseiam-se empregos e receitas.

A terminar o livro a autora tenta fechar a questão que a havia lançado neste empreendimento de pesquisa: uma análise (conseguida) e a crítica (insistente, por isso, talvez repetitiva) às condições que o neoliberalismo impõe às políticas de cultura: processos de festivalização, mercantilização da ação cultural, precariedade laboral. O dossiê publicado na *Etnográfica* (J. P. Mitchell e N. Dyck, eds., *Anthropology and the neoliberal agenda*, vol. 18, 2, 2014) permitiria uma discussão mais atualizada.

Anexos deixaram de ter utilidade, porque a informação que os justificava está disponível em linha (resultados eleitorais, demografia, informação económica, estatísticas). Haverá sempre uma exceção a confirmar a regra. A listagem dos cantadores (p. 321) é um instrumento útil, relevante e, ao mesmo tempo, uma homenagem aos enumerados (com ano de nascimento e morte, seria ainda melhor!). Algumas modas foram citadas ao longo do texto, podiam estar nele incluídas. O mesmo se poderá dizer das notas de rodapé nos capítulos 2 e 3 em que é facultada informação biográfica de cantadores e cantadeiras (p. ex. p. 47 e em muitas outras). Isto deveria estar incorporado no texto. Elas e eles são os alvos preferenciais da investigação levada a cabo. Outros pequenos reparos. António Ferro não foi diretor da Emissora Nacional (p. 83), SPN é Secretariado da Propaganda Nacional (p. 82), o sistema de citação podia ser mais simples, direto e eficaz (p. ex. a norma APA). Sublinho a qualidade do aparelho crítico que a autora construiu.

Dulce Simões traz e enquadra dados novos, e suscita, em simultâneo, questionamentos e desafios: (a) o processo criativo em ambiente subalterno, (b) a plasticidade do canto polifónico alentejano visto na diacronia, (c) a fronteira como facilitador de trânsitos culturais, (d) a comparação de movimentos sociais, no caso, o do folclore com o dos grupos corais, (e) a máquina de património em ação e a sua relação com o legado etnográfico, f) não abordou ainda, o papel da caça associativa, dos turismos temáticos, dos videojogos nos lugares públicos, da tauromaquia nas políticas de cultura. Uma leitura necessária e incontornável sobre paisagens sonoras subalternas.